

O RELATO DE DISCURSO NA CRÓNICA DE D. JOÃO I (I PARTE) DE FERNÃO LOPES

Isabel Margarida Duarte

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto
iduarte@letras.up.pt

«A palavra fala com certeza do mundo – mas fala igualmente de si mesma, dos seus utilizadores e suas circunstâncias.»

Joaquim Fonseca, «Ensino da Língua Materna como pedagogia dos discursos»

Começarei por dar uma definição muito rápida de discurso relatado. No ponto 1., passarei em revista os diferentes modos de relato incluídos na *Crónica de D. João I* (I parte)¹ e suas especificidades e, no ponto 2., procurarei indicar funções que o relato de discurso pode assumir neste texto de Fernão Lopes. Em 3., referirei quem são os enunciadores aos quais Fernão Lopes atribui discursos relatados. Terminarei com uma breve contextualização da *Crónica* no seu circunstancialismo histórico e argumentativo².

0. Todo o falante pode citar palavras (próprias ou alheias). Segundo Coulmas (1986), a possibilidade de relatar discursos é um universal linguístico. É uma constante de qualquer discurso citar palavras de outros (ou do seu próprio locutor), de modo directo, indirecto, ou através de formas mais subtis e menos visíveis, como alusões, ecos irónicos, negação, reprodução de

¹ A edição que utilizei é a da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1977, Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire da *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo* (Parte Primeira), agora com prefácio de Luís F. Lindley Cintra.

² Conteí, para me atrever a escrever este texto, com a preciosa ajuda do Professor Doutor Luís Miguel Duarte a quem agradeço o apoio científico e o incentivo.

léxico alheio, pressuposições, etc. É difícil falar das coisas, das pessoas, dos acontecimentos reais ou fictícios sem ter em conta o que sobre eles ou neles foi dito. O próprio acto de dizer é um acontecimento que se pode narrar. Por isso a actividade discursiva é predominantemente citacional. A transposição de palavras do discurso original para o do relator faz-se de vários modos e não apenas usando as formas canónicas: o discurso directo (DD) e o discurso indirecto (DI). Desde a mera referência a um acontecimento de palavras até descrições mais ou menos resumidas daquilo que se disse e da forma de o dizer, desde citações literais até o discurso indirecto livre (DIL) e as citações repetitivas, parece haver uma gradação, um *continuum* do menos para o mais mimético, se quisermos adoptar um dos vários modelos de escala que têm procurado dar conta de várias formas de relato mais maleáveis e menos fáceis de descrever linguisticamente do que o DI e o DD. Referirei, muito brevemente, algumas convicções que defendo acerca do relato de discurso.

A reprodução de discurso é um fenómeno discursivo e não oracional, já que nem todas as citações coincidem com orações: «[...] a menudo, son enunciados que comprenden un amplio fragmento de discurso.» (Maldonado, 2000: 3554). Por isso é mais rentável estudar o relato de discurso num texto longo do que em meras frases descontextualizadas, como nos ensinou a gramática tradicional.

Na reprodução de discurso, uma enunciação inclui uma outra, reprodu-la. Mas a maior parte dos discursos reproduzidos é fictícia. Nem o DD cita literalmente. Raramente o discurso reproduzido é igual ao discurso originário. É, frequentemente, uma representação aproximada, em que o locutor reproduz o essencial do conteúdo ou da forma do discurso que quer relatar, mas a selecção que faz depende das suas próprias estratégias comunicativas, ou seja, as intenções comunicativas do locutor-relator condicionam o seu relato. O discurso relatado e o modo como se encaixa no discurso do relator constituem um dos aspectos da argumentação de um texto polifónico.

1. Ao narrar os acontecimentos de 1383-85, Fernão Lopes recorre frequentemente à palavra dos principais protagonistas. Como Reyes refere, «en casi todo discurso hay un vaivén continuo entre lo que se dice del mundo directamente y lo que se dice del mundo a través de la reproducción de otros enunciados.» (Reyes, 1994: 40). O cronista fala do mundo, sobretudo através dos enunciados de outros locutores pretensamente reproduzidos: a palavra do outro é objecto do seu discurso. Poderíamos dizer da *Crónica* o que se afirma sobre o discurso jornalístico dos nossos dias: assiste-se a uma generalização do discurso citado, em detrimento do discurso plenamente assumido pelo seu enunciator.

As formas mais frequentes de relato de discurso, na *Crónica de D João I* (I parte) de Fernão Lopes, são o DD e o DI, cujas características passarei brevemente em revista.

O DD é, sintacticamente, uma justaposição da expressão introdutora e da citação das palavras do locutor citado, entre as quais há uma «barreira gráfica»³. A pessoa gramatical, o tempo verbal e os díticos referenciam-se a esse locutor citado e ao momento da sua enunciação. A mais importante característica do DD é o respeito pelas marcas enunciativas do discurso que relata ou representa: o discurso citado está directamente ancorado na sua instância enunciativa. Porque há operadores citacionais, o fragmento que o DD cita é um objecto bem delimitado, unívoco, faz parte dos fenómenos a que Authier-Revuz (1984) deu o nome de heterogeneidade mostrada, marcada (por aspas, itálicos, travessões, entoação, etc). O enunciado citado em DD tem, no discurso em que se encaixa, um estatuto próprio a que a mesma autora chamará autonímico⁴. Às vezes, a expressão dita «introdutora» do DD (a que pertence ao relator) ocupa uma posição de incisa sendo, portanto, uma construção parentética:

«Senhor, disserom elles, estes treedores destes Judeus dom Yuda, e dom Davi Negro que soom da parte da Rainha, teem gramdes tesouros escomdidos, e queremos lhos tomar e dallos a vos que queremos por nosso senhor.» (cap. XIV, p. 30).

Nas intervenções relatadas em DD, podem incluir-se vocativos (como no exemplo anterior), interjeições, frases de tipo exclamativo e interrogativo, estruturas clivadas, nomes qualitativos (cf. «estes treedores destes Judeus»), fraseologias e outras instruções de oralização do discurso que, em Fernão Lopes, concorrem para a verosimilhança, criam um «efeito de real» (Barthes, 1968). Há um contraste entre a aparente neutralidade do discurso que narra e a subjectividade e emotividade dos segmentos citados:

«Oo Senhor! disse Rui Pereira vos nom sabees como isto he? Quando eu amdava por casar com minha molher, todo fallavom como eu queria casar com Viollante Lopez; e depois que fomos casados, numca nemguem fallou em nosso casamento. E estes, Senhor, taaes som; [...]» (cap. IV, p. 9).

³O texto da *Crónica* não faz qualquer distinção gráfica entre os enunciados de discurso relatado e a narrativa. Só por facilitação de leitura as convenções gráficas do DD foram adoptadas nas edições contemporâneas da obra.

⁴Já em 78, Authier atribuía ao DD dois quadros de referência, correspondentes a dois actos de enunciação: o do relator e o do discurso citado (cf. 1978: 20), ou seja, distinguia, no DD, uma dupla ancoragem enunciativa. O estudo do carácter heterogéneo do DD, das diferenças enunciativas entre a parte que introduz a citação e o enunciado propriamente citado vai ser levado às últimas consequências em trabalhos mais recentes da autora.

«Santa Maria vall! como os Imgresses ham mui boom costume, que quando som no tempo da paz, nom tragem armas, nem curam damdar armados, mas boas rroupas e luvas nas mãos come domzellas;[...]» (cap. IX, p. 18).

A caracterização habitual do DI refere a sua organização sintáctica, quer dizer, o facto de a estrutura sintáctica do DI incluir, a seguir a um verbo de comunicação, uma conjunção subordinativa completiva que introduz uma oração subordinada integrante ou completiva. Desta subordinação decorrem várias consequências. O verbo da oração subordinada submete-se à chamada *consecutio temporum*. A conjunção subordinativa integrante *que* introduz⁵, geralmente, a oração subordinada⁶. Os sistemas pessoal e temporal referenciam-se a um único enunciador, ao relator do discurso ou seja, pessoa gramatical, tempos verbais e dísticos são transpostos para o sistema enunciativo do relator. Do ponto de vista enunciativo, o DI é, portanto, mais homogêneo do que o DD.

Na *Crónica* de Fernão Lopes, o discurso relatado tem um carácter de ficção ora claramente assumido ora não assumido e que é, às vezes (embora raramente), relato de pensamento e não de palavras, sendo então sempre reproduzido em DI:

«E cuidamdo em esto, certificou em seu pensamento, que non avia outrem que mais dereita rrazom tevesse de sse poer por defensom do rregno que o Meestre dAvis filho delRei dom Pedro; [...]» (cap. IV, p. 8, sublinhado meu).

«Quando ella foi çerta que sse o Mestre despoinha pera partir do rregno, pensou que emtom tiinha muito mais prestes aazo pera o aver aa maão preso ou morto; [...]» (cap. XXI, p. 39, sublinhado meu).

Em ocorrências como estas, estamos perante discurso fictício (cf. Hamburger [1957] 1993), já que não é possível saber o que pensam nem a Rainha nem Nuno Álvares Pereira, a não ser que eles tivessem verbalizado os respectivos pensamentos⁷. Se todo o discurso relatado na *Crónica* é obviamente fic-

⁵ No português antigo, usava-se o *como* enquanto conjunção integrante (cf. Dias, 1933: 257). Veja-se um exemplo da *Crónica*: «Hora de quall quer guisa que seja, ell foi a elle e comtoulhe toda sua fazenda, e quanto lhe avehera com o poboo da çidade, dizemdo como sse todos aficavom de o tomar por senhor, e que sse nom fosse fora do rregno; [...]» (cap. XXIV, p.43, sublinhado meu).

⁶ Se, em inglês, a conjunção *that* se suprime cada vez mais frequentemente, sobretudo em estilos coloquiais, o mesmo não acontece em português, onde o uso do *que* é obrigatório. Epifânio da Silva Dias (cf. 1933: 202) refere que, quando há várias completivas encadeadas, a seguir a uma mesma oração subordinante, a conjunção se pode suprimir.

⁷ Com alguma ingenuidade, Fernão Lopes relata, em DD, palavras de Álvaro Pais ao Conde de Barcelos, mas acrescentando «fallou secretamente com o Comde de Barçellos [...], e disse:» (cap. V, p. 10, sublinhado meu).

tício, por vezes a ficcionalidade é assumida quase explicitamente, como no caso das palavras atribuídas ao Mestre de Avis e ao Conde, no cap. IX, já que o narrador afirma que o Mestre começou a

«fallar passo [...]. E as pallavras foram amtrelles tam poucas e tam baixo ditas, que nehuu por estomçe entemdeo quegemdas eram; porem afirmam que foram desta guisa.» (p.19).

Segue-se, em DD, um breve diálogo entre os dois locutores, apesar da informação contraditória do relator, segundo o qual eles falaram «passo», e as palavras teriam sido «tam baixo ditas que nenhuu por estomçe entemdeo quegemdas eram».

Quando, no cap. III, Fernão Lopes refere a carta que D. Fernando teria escrito ao seu irmão, ordenando-lhe que matasse o conde, «não dizendo porem a rrazom por que», o cronista não transcreve a carta que o escrivão João Gonçalves teria resumido ao Rei («rresumindolhe quegemda era», p. 7). Apesar de não haver certezas quanto à autoria da carta («dizem alguus que foi Joham Gomçallvez»), as presumíveis palavras do escrivão ao Rei estão «reproduzidas» em DD e têm um forte valor argumentativo no sentido de o dissuadir de mandar D. João matar o Conde Andeiro. A persuasão resultou: «ElRei cuidamdo neeste feito, parecerom lhe as rrazões boas, e rrompeo a carta e nom foi enviada.» (p. 7). Eis a razão por que não pôde ser transcrita. E eis uma «prova» de que o relato de Fernão Lopes não utilizaria a ficção, mas apenas daria a conhecer a verdade dos factos, mesmo quando os factos são palavras.

2. O texto da *Crónica de D. João I* tem uma dimensão assumidamente dialógica e interactiva, já que Fernão Lopes convoca diferentes vozes do pólo da produção cujos discursos «relata»⁸ em DD ou em DI. Aliás, como escreve Bakhtine, «l'interaction verbale est la réalité fondamentale du langage. [...] toute communication verbale, toute interaction verbale se déroule sous la forme d'un échange d'énoncés, c'est-à-dire sous la forme d'un dialogue.» (Bakhtine (1930), 1981: 292). No caso que nos ocupa, o diálogo desenrola-se quer entre Fernão Lopes e os leitores/ouvintes, quer entre os protagonistas dos acontecimentos, quer ainda entre o autor e os seus informadores. Por vezes, antecipa um contradiscurso (o relato de discurso não é, como se vê, reprodução de um outro previamente produzido) que vai rebater, por meio de argu-

⁸ Este relato tem um carácter marcadamente fictício, porque os acontecimentos relatados não foram presenciados pelo cronista e os discursos das diferentes pessoas envolvidas nos acontecimentos relatados não ficaram, obviamente, registados.

mentos que lhe são contrários: «alguns dirão...». Quando adianta duas opiniões discordantes para explicar um mesmo acontecimento, Fernão Lopes não toma, aparentemente, posição, mas, com subtileza, apresenta a segunda hipótese como mais plausível e, às vezes, identifica-se abertamente com uma das argumentações, desvalorizando a outra: «e nos deste dito nom somos comentes» ou «allegam huu dito que nos nom apraz.» (cap. I, p. 3).

O relato dos discursos dos intervenientes nos acontecimentos da crise de 1383-85 tem um valor argumentativo que reside no facto de permitir ao Locutor citador enunciar um conteúdo mas sem assumir a responsabilidade do dito, antes o atribuindo a outro locutor e pretende, a meu ver, criar um efeito de acreditação ou credibilização⁹ que leve à aceitação do narrado pelo destinatário, cujas legítimas dúvidas ou perguntas Fernão Lopes imagina ou antecipa, respondendo-lhes e considerando que não são perguntas «indignas». Eis uma das estratégias de sedução e envolvimento do leitor/ouvinte.

«Nom parece cousa indigna, se alguu que leer ou ouvir esta estoria fazer pergunta, pois que tamto avia que era fama, e largamente pobricada, amtre a rainha e o Comde Joham Fernamdez, se tinha elRei dello alguua sospeita? ou sabia de tall fama parte? Aos quaes se rresponde desta guisa.» (cap. III, p. 6).

A reprodução de palavras ou pensamentos de diferentes personagens históricas faz parte, em Fernão Lopes, de uma estratégia mais geral de sedução do alocutário, em que podemos incluir, também, o visualismo, o comprazimento no pitoresco, a expressividade literária (intencional ou espontânea) de algumas imagens, o sublinhar de certas passagens e as chamadas directas a esse alocutário. A convocação directa do destinatário da *Crónica* é um modo de aumentar as respectivas curiosidade e atenção:

«Ouvera aimda o Comde de seer morto per outra vez, e veede de que guisa se aazava de seer.» (cap. IV, p.8, sublinhado meu).

«Seemdo no poboo cuidado notavell por sua seguramça e defenssom da terra da guisa que teemdes ouvido, nom embargamdo que sse o Meestre escusasse per suas rrazoões a nom poder ficar e, no rregno; [...]» (cap. XXII, p. 39, sublinhado meu).

O locutor institui o alocutário «em testemunha e/ou juiz das suas crenças» e leva-o a sofrer «alterações de natureza cognitiva, emotiva.» (Fonseca, J., 88-89: 67).

⁹ O efeito de credibilização referido está de acordo com o Prólogo, texto programático com um estatuto metaenunciativo e metadiscursivo.

Do ponto de vista do efeito que o seu uso desencadeia no leitor/ouvinte, o DD torna a narração mais viva e vivida, até pelos já anteriormente referidos elementos de verosimilhança que contém (vocativos, exclamações, p.e.), podendo ser considerado como um traço do realismo documental. Por exemplo: Fernão Lopes tenta sugerir o estado emocional da Rainha, incluindo, nas suas palavras relatadas em DD, alguns elementos de oralização do discurso:

«A Rainha quando os assi vio entrar, disse comtrellos como queixosa.

AA Samta Maria vall! que desmesura he hora essa? ou que emtrada de camara? E como? todos nos avemos de seer em comsselho?» (cap. XIII, cap. 27).

O objectivo do relato é criar envolvimento. No capítulo que acabo de citar, como em outros, há um dramatismo máximo, um efeito de presentificação. A narração suspende-se para «ouvirmos» o diálogo, como em tempo real. O diálogo assume características próximas das de um texto dramático, já que a narrativa fica reduzida a breves comentários¹⁰, criando a ilusão da presença quase exclusiva dos protagonistas, de imediatismo. Estamos perante uma narrativa de carácter polifónico, construída pela interacção linguística de diferentes locutores. Este efeito dramático da inclusão do DD é referido por Tannen, quando escreve: «[...] constructed dialogue in conversation and in fiction is a means by which experience surpasses story to become drama.» (Tannen, 1986: 321). O DD incluído na narrativa tende para a imitação de uma conversa autêntica, o que anula a ilusão ficcional e aumenta a verosimilhança e a credibilização, como se fosse uma reportagem, tipo de texto com o qual o de Fernão Lopes apresenta algumas semelhanças. Talvez a representação fictícia de vozes distantes traga, para mais perto de nós, acontecimentos que, à época em que Fernão Lopes os narrou, já eram passados: «The creation of voices, more than the depiction of actions, occasions the imagination of alternative and distant worlds that is the stuff of dreams and art.» (Tannen, 1986: 311).

Embora o relato em DD seja muito frequente na *Crónica*, nela existe, creio, mais DI do que na ficção romanesca, justamente porque estamos perante uma crónica, um texto com estatuto peculiar em que, tal como numa reportagem jornalística dos nossos dias, há que retirar algum histrionismo aos diálogos. Como o DD, o DI informa sobre as asserções alheias, mas ao relator não inte-

¹⁰ Refiro, a este propósito, a opinião de Teresa Amado: «Quanto à oralidade, a instância discursiva que melhor a integra na narrativa é o diálogo, e é portanto compreensível, pelas razões expostas, que o cronista lhe dê um lugar considerável. Dele tira partido, sobretudo para nos representar o quotidiano das personagens e para acentuar aspectos das relações entre elas, que a narração não poderia exprimir com a mesma intensidade.» (Teresa Amado, 1980: 53).

ressa tanto transmitir a forma como teria sido produzido o discurso inicial, antes a informação nele contida, o seu valor proposicional. O DI não implica qualquer noção de fidelidade literal em relação às palavras presumivelmente pronunciadas. Por isso aparece, em Fernão Lopes, alternando com DD. É também frequente uma proposição ser relatada em DI, mas a oração subordinante ir ficando cada vez mais afastada das subordinadas.

«E amte que partissem de Allamquer, disse o Comde dom Joham Affonso a huu Escudeiro casado em Lixboa, com que avia conhecimento que hia em companhia de embaxadores; que bem viia como Castella era comra Portugall, e Portugall comra ssi meesmo; e que bem devia entemder, que tall sandiçe quall levamta-vom dous çapateiros, e dous alfayates, querendo tomar o Meestre por senhor, que nom era cousa pera hir adeamte; e que por tamto ao menos por seguramça de seus bees, que leixasse a çidade e se fosse pereelles.»¹¹ (cap. XXIII, p.45)

Refira-se que, para Bally (1912), este fenómeno é uma explicação possível para a génese do DIL: a primeira ou as primeiras proposições relatadas seriam introduzidas por conjunções, como acontece no DI mas, a estas, seguir-se-iam outras, nelas encadeadas, que já não possuiriam conjunção. Neste caso, embora a conjunção se mantenha, as novas ocorrências de subordinadas estão cada vez mais distantes da oração subordinante¹².

Também o discurso híbrido de que a seguir se transcreve um exemplo parece poder estar na génese do DIL. Por vezes, nos segmentos de discurso relatado da *Crónica de D. João I*, existe uma mistura de DD e de DI, como no capítulo XVI, quando se lê:

«[...] mas nom minguaava dos de sua companhia quem pollo caminho oolhamdo por de tras dissesse comra Lixboa: que maaoo fogo a queimasse, e que aimda a visse estroida e arada toda de bois.» (p. 33).

Estamos perante uma passagem em que se pode falar de «mixing or confounding of points of view» que, segundo Coulmas, «seems to be typical of earlier forms of literature where the narrator had not yet mastered the artful technique of choosing and changing points of view.» (Coulmas, 1986: 10). Estes enunciados híbridos DD/DI, formas mistas que aparecem em textos medievais de outras

¹¹ Imediatamente a seguir a este relato, sem parágrafo, há uma resposta do Escudeiro: «*Numca tall vistas*, disse o Escudeiro. *Quando aca estou pareçeme que he assi como vos dizees; e depois que lassom, semelhante que todos nom vallees nada, e que quanto me fallaes, que todo he vento.*»

¹² Há, em romances de Jane Austen, passagens de relato de discurso em tudo semelhantes à que acabei de transcrever.

línguas e justificam que alguns linguistas falem da existência de DIL (ou de proto-DIL) já em textos medievais (cf. Banfield (1982), Cerquiglioni (1984) ou Fludernik (1993), p.e.), parecem ter desaparecido posteriormente, para só reaparecerem, naquela forma de relato de discurso a que chamamos DIL, com La Fontaine ou Jane Austen. Em certos textos medievais¹³, há, com efeito, uma hesitação do relato entre DD e DI, hesitação em que muitos autores situam a origem do DIL. Será que o DIL resulta de uma recuperação, feita pelos escritores citados e outros seus contemporâneos, de uma forma híbrida de relatar, presente em textos medievais? Talvez o que começou como uma hesitação da forma de relato de discurso tenha acabado por ser, séculos mais tarde, revisitado e explorado, do ponto de vista enunciativo, dadas as suas potencialidades literárias e expressivas. Exemplos de ocorrências como a transcrita são, no entanto, raros em Fernão Lopes, que distingue bem o seu ponto de vista de narrador do das «personagens» históricas que falam na sua crónica, se não ideologicamente, pelo menos no que diz respeito às formas de relato de discurso.

Se o modo de introduzir discurso relatado é ainda pouco variado e pouco maleável, com predomínio quase total do verbo *dicendi* neutro «dizer»¹⁴, que não inclui qualquer informação sobre o acto de reprodução de discurso efectuado, há já, a acompanhá-lo, alguns complementos circunstanciais, nomeadamente de modo, que revelam a preocupação realista de Fernão Lopes, o seu desejo de parecer verdadeiro, de fornecer, ao leitor/ouvinte, o máximo de pormenores sobre o modo como as palavras relatadas teriam sido ditas, ou de descrever os gestos que teriam acompanhado a produção do discurso:

«A Rainha quando os assi vio entrar, disse comtrellos como queixosa.» (cap. XIII, p. 27, sublinhado meu).

«Ella quando esta pallavra ouvio, foi forçado de rrespomder, e disse como em soom descarnho: [...]» (cap. XIII, p. 28, sublinhado meu).

«A Rainha começou emtom de sorriir per modo descarnho, e disse: [...]» (cap. XIII, p. 28, sublinhado meu).

«Quando estas rrazões ouvio o Comde dom Alvoroz Perez, levantousse em pee e disse: [...]» (cap. XIII, p. 28, sublinhado meu)¹⁵.

¹³ Refiro-me a textos transcritos pelos autores citados (Banfield, Cerquiglioni, Fludernik), mas também por Auerbach (1946), p.e..

¹⁴ Ou do seu sinónimo «fallar» usado transitivamente.

¹⁵ Dado o carácter dramático do capítulo XIII (entre outros), constituído quase só pelo diálogo entre a Rainha e os seus opositores, as indicações sublinhadas assemelham-se a didascálias.

3. Parece-me, por outro lado, relevante o elenco dos locutores cujo discurso Fernão Lopes relata na *Crónica*. Frequentemente, há dissonância de vozes, i. é, o autor relata várias opiniões diferentes para explicar um mesmo facto («alguus», «outros»), como acontece logo no capítulo I:

«Fallamdo alguus da morte do Comde Joham Fernamdez hu sse começam os feitos do Meestre, allegam huu dito que nos nom apraz, dizemdo que [...]» (p. 3).

«Outros lhe emhadiam aimda que [...]» (p. 4).

«E como hi foi, segumdo alguus contam, [...]» (p. 4).

«Outros scprevem per outra maneira, dizemdo que [...] » (p. 4, todos os sublinhados meus).

Como Joaquim Fonseca afirma a propósito de um outro autor, existe uma «preocupação de justeza» na explicação de comportamentos e atitudes que leva a que os juízos sejam produzidos de forma modalizada e «depois de convocadas e confrontadas posições divergentes.» (Fonseca, J., 2000: 47). O cronista mantém assim a imagem de imparcialidade e equidistância que anunciou no Prólogo. Mas é também recorrente que haja unanimidade, marcada por discursos relatados cujo locutor é «todos».

«Porem fallamdo em ello por vezes, todos outorgavam de seer em tall feito, [...]» (cap. I, p. 4, sublinhado meu).

«As gemtes todas quando ouvirom este pregom, folgavom muito em suas voomtades; e deziam huus comtra os outros: [...]» (cap. XIV, p. 31, sublinhado meu).

Esta voz da *doxa* tem, evidentemente, um efeito argumentativo muito forte, de legitimação do ponto de vista que Fernão Lopes defende sobre o Mestre de Avis e os acontecimentos narrados: se «todos» concordavam e «as gemtes todas» se uniam, então as decisões unânimes tomadas deveriam ser as mais legítimas. As conversas entre locutores colectivos e indeterminados são muitas:

«[...] que sse dizia que elRei de Castella premdera o Iffamte dom Joham [...] » (cap. IV, p. 8, sublinhado meu).

«[...] fallavasse esto largamente amtre alguus senhores do rregno [...]» (cap. III, p. 5, sublinhado meu).

Daí que se fale da «pubrica voz», de «pubrica voz e fama» ou de «comuu voz de todos». Igual efeito tem a citação explícita ou não de adágios, fraseologias e

outros argumentos de autoridade, sejam os sujeitos enunciadores o Mestre, Álvaro Pais, D. Nuno Álvares Pereira, o Conde de Barcelos ou outra figura proeminente dos factos narrados na *Crónica*. Pode até ser que Lisboa, personificada, ganhe estatuto de enunciador que fala, ouve e sente. Também acontece que os argumentos de autoridade decorram da citação de autores clássicos ou medievais, mas o efeito de credibilização do narrado, creio, não se altera.

Às vezes, o texto retoma-se a si próprio, como acontece, p.e., no início do cap. XIII. A intenção destas retomas é tornar a narrativa mais coesa, pegando num fio que tinha sido interrompido (no primeiro exemplo que citarei, do cap. XII, interrompido pelo relato da morte do bispo):

«[...] segundo dissemos no capitollo damte este.» (cap. XIII, p. 26).

Um outro exemplo é o início do cap. II, em que se retoma o relato dos factos narrados no cap. I, acrescentando o narrador:

«[...] como ouvistes.» (cap. I, p. 5).

Há, portanto, um eixo metanarrativo que poderia ser explorado na *Crónica* e mostra a consciência que Fernão Lopes tem de que o seu texto é uma totalidade que se quer coerente. A tensão entre a totalidade narrativa e o gosto pelo pormenor parece-me, aliás, muito interessante. Estas indicações que referem a estruturação macro do discurso revelam um autor atento à unidade da crónica com um todo, ao efeito narrativo daquilo que conta, à adesão do alocutário ao narrado e à forma de o narrar. A preocupação de Fernão Lopes com o pólo da recepção e a eficiência que demonstra na busca dessa adesão conduzem-nos, justamente, ao último ponto deste trabalho.

4. Resta-me pois, como anunciado, fazer uma breve contextualização da *Crónica* no seu circunstancialismo histórico e argumentativo, tentando levantar alguns problemas que me parecem fundamentais. Como Bakhtine exemplarmente escreveu, «aucun énoncé en général ne peut être attribué au seul locuteur: il est le produit de l'interaction des interlocuteurs, et, plus largement, le produit de toute cette situation sociale complexe, dans laquelle il a surgi.» (Bakhtine, cit. por Todorov, 1981: 50). Ora se há situação social complexa, eventualmente responsável pelos enunciados que, muito brevemente, estudei, é justamente quer a dos acontecimentos de 1383-85 quer, homologamente, a que se vivia na época em que Fernão Lopes, décadas mais tarde, os relatou.

Sendo a terceira obra do cronista que, como sabemos, foi também *escrivão dos livros* do Infante D. Duarte, do rei D. João I e *escrivão da puridade* do Infante D. Fernando, chegando a ser, no início dos anos 30, *tabelião geral do*

reino, é uma obra de maturidade. Não devemos dissociar a prática de Fernão Lopes como cronista da sua qualificação como tabelião geral do reino e de toda a sua carreira na burocracia, embora haja muitos aspectos obscuros do percurso do autor cujo conhecimento ajudaria a esclarecer a sua obra: que formação teria sido a sua; como, quando e por que razões, por exemplo, foi substituído por Zurara.

Mesmo sem conseguirmos avançar muito por estes caminhos, algumas pistas podem ser seguidas: Fernão Lopes escreveu muito, contactou com pessoas cultas e boas bibliotecas. O seu universo intelectual foi «construído, provavelmente, mais sobre a base do seu esforço e curiosidade pessoais do que propriamente sob a batuta de uma formação escolar.» (Monteiro, 1988: 77-78). Se da sua formação resulta ou não uma segura erudição, não parece ser questão que adiante muito para este estudo. A quantidade e a qualidade das citações de outros autores que os textos contêm é apenas um critério (discutível) para ajuizar do seu valor.

Mais interessante, creio, é a forma como Fernão Lopes ficcionou o relato atribuível às personagens da *Crónica*, a vivacidade dos diálogos e das intervenções dos diferentes protagonistas, o encadeamento destes segmentos de discurso relatado na narrativa, a mestria na «estruturação do conjunto» (Amado, 1993: 181), a preocupação em envolver o alocutário (leitor ou ouvinte) no narrado. Ora à eficiência dos processos utilizados na escrita, para além dos factores já apontados, pode não ser também alheia a situação em que o autor redige a *Crónica* que, como sabemos, foi interrompida em 1411. Talvez a conclusão da obra tenha sido confiada ao seu sucessor¹⁶. Certo é que Fernão Lopes trabalhou na crónica durante os anos 40 do século XV, ou seja, durante a regência de D. Pedro. Como já foi sugerido, talvez a morte deste em Alfarrobeira tenha significado o afastamento do autor e a interrupção da *Crónica de D. João I*.

Fernão Lopes tem a incumbência difícil de narrar os acontecimentos passados num período sem rei, com uma guerra, uma sucessão de fortes convulsões sociais e tem de apresentar como inevitável a escolha para o trono de um bastardo, em detrimento de pretendentes melhor colocados. Ao escrever, apaixonadamente, sobre estes factos que não viveu, fá-lo num ambiente também de crise, num reino dividido entre os partidários de D. Pedro e a velha nobreza reunida em torno do Conde D. Afonso. Por isso me parece de ter em conta a inseparabilidade entre o texto e o tema, por um lado, e entre o autor e as suas

¹⁶ Tentarei ver, num trabalho posterior a este, as rupturas e continuidades em relação à *Crónica da Tomada de Ceuta*, no que diz respeito ao modo de relatar o discurso dos intervenientes.

circunstâncias, por outro¹⁷. Se Fernão Lopes narra factos passados meio século antes do momento em que os regista, numa época conturbadíssima, talvez lhe tenha chegado inspiração do seu tempo, igualmente efervescente e tenso. E é possível que, consciente ou inconscientemente, ao redigir a *Crónica de D. João I*, as suas interpretação e descrição dos principais episódios e intervenientes, o cronista esteja a 'tomar partido', a intervir nos acontecimentos da sua própria época.

Se não podemos ter certezas em relação a estas entrevistas ligações é, pelo menos, tentador, a meu ver, cruzar a análise do discurso com o circunstancialismo histórico de quem o produz. Porque quem o produz escreve de modo a seduzir quem o recebe, escreve tendo permanentemente em conta o alocutário, procurando prender-lhe a atenção, levá-lo a tomar partido, convencê-lo de que a solução adoptada para a crise foi a mais sensata e a mais consensual.

Ficam sem resposta, – mas colocadas, enquanto perguntas – as seguintes questões: como adquiriu Fernão Lopes o domínio das técnicas discursivas referidas? Quais delas são utilizadas conscientemente, quais são resultado do uso que delas era feito no ambiente da corte ou da Torre do Tombo? Como se relatava, por escrito, o discurso do outro, no tempo em que o cronista escreveu? Que golpe de asa marca a diferença entre Fernão Lopes e os outros cronistas? O estudo que fiz não me deu resposta para estas perguntas. Mas permitiu que as colocasse.

Referências bibliográficas

- AMADO, Teresa, (1980) – *Crónica de D. João I de Fernão Lopes*, Apresentação crítica, selecção, notas e sugestões para análise literária, Lisboa, Seara Nova, 1980.
- AMADO, Teresa, (1993) – «Fernão Lopes» in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, (org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani), Lisboa, Caminho, pp. 272-273.
- AUERBACH, Erich, (1946, 1968) – *Mimesis. Dargestellte Wirklichkeit in der abendlandischen Literatur*, Bern C.A. Francke AG Verlag, trad. francesa: *Mimésis, La Représentation de la réalité dans la littérature occidentale*, Paris, Gallimard.
- AUTHIER, Jacqueline, (1978) – «Les formes du discours rapporté – Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés», in *DRLAV* n.º 17, pp. 1-87.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline, (1984) – «Hétérogénéité(s) Énonciative(s)», *Langages* n.º 73, pp. 98-111.
- BAKHTINE, Mikhail (1926, 1981) – «Le discours dans la vie et dans la poésie» in Todorov (1981), pp. 181-215.

¹⁷ Ou, por outras palavras: parece útil adoptar uma perspectiva pluridisciplinar, onde a Linguística se cruze com a Literatura e a História.

- BALLY, Charles, (1912) – «Le Style Indirect Libre en Français Moderne», I e II, *Germanisch-Romanische Monatsschrift*, Heidelberg, pp. 549-556 e 597-606.
- BANFIELD, Ann, (1982), (1995) – *Unspeakable Sentences. Narration and representation in the language of fiction*, Boston, London, Melbourne and Henley, Routledge and Kegan Paul, trad. francesa: *Phrases sans Paroles – Théorie du Récit et du Style Indirect Libre*, Paris, Seuil.
- BARTHES, Roland, (1968) – «L'Effet de Réel» in *Communications*, n.º 11.
- CERQUIGLINI, Bernard, (1984) – «Le Style Indirect Libre et la Modernité», in *Langages* n.º 73, pp. 7-16.
- COULMAS, Florian, (1986) – *Direct and indirect speech* (Ed.) Berlin, Mouton de Gruyter.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva, 1933 – *Syntaxe Historica Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 2.ª ed.
- FLUDERNIK, Monika, (1993) – *The Fictions of Language and the Language of Fiction, The linguistic representation of speech and consciousness*, London and New York, Routledge.
- FONSECA, Joaquim, (1988-89), «O ensino da língua Materna como pedagogia dos discursos», in *Diacrítica*, n.º 3-4, Braga, Universidade do Minho.
- FONSECA, Joaquim, (2000), «O discurso da *Carta de Guia de Casados* (de D. Francisco Manuel de Melo)», in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, II série, vol. XVII, Porto, Faculdade de Letras, pp. 9-135.
- HAMBURGER, Käte, (1957, 1993) – *Die Logik der Dichtung*, Stuttgart, Ernst Klett Verlag, tradução inglesa: *The Logic of Literature*, (2ª ed., revista), Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press.
- MALDONADO GONZÁLEZ, Concepción, (2000) – «Discurso Directo y Discurso Indirecto», in *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Real Academia Española, vol. 3, *Entre la oración y el discurso. Morfología*, dirigida por Ignacio Bosque y Violeta Demonte, Espasa, Madrid, 1999, pp. 3550-3595.
- MONTEIRO, João Gouveia, (1988) – *Fernão Lopes. Texto e Contexto*. Coimbra, Minerva.
- REYES, Graciela, (1994) – *Los Procedimientos de Cita: Citas Encubiertas y Ecos*, Madrid, Arco Libros.
- TANNEN, Deborah, (1986) – «Introducing constructed dialogue in Greek and American conversational and literary narrative», in COULMAS (1986), pp. 311-332.
- TODOROV, Tzvetan, (1981) – *Mikhail Bakhtine et le Principe Dialogique*, suivi de *Écrits du Cercle de Bakhtine*, Paris, Seuil.